

INTRODUÇÃO

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do modelo atual. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os sucessivos adiamentos, conduziram a um atraso na sua implementação.

Desta forma o ano de 2020, é o ano de transição e arranque do SNC-AP, com muitas dificuldades associadas, no que concerne à integração entre as Softwarehouses e a própria DGAL, com sucessivas alterações e atualizações ao longo do ano, continuando as Câmaras Municipais a reportar informação para a DGAL através de duas plataformas SIAL e SISAL, interligadas entre si, que conduziu a atrasos significativos no envio dos mapas e validação dos mesmos.

No entanto e com todas estas dificuldades, o novo sistema contabilístico foi implementado no ano de 2020, tendo-se consolidado o envio dos mapas para a DGAL durante o ano de 2021.

O presente Relatório de Gestão, e com os restantes documentos da prestação de contas, pretende reportar a situação económica e financeira do Município de Melgaço, a 31 de dezembro de 2022 espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, respondendo às questões dos munícipes.

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, e daí grandes alterações essencialmente na visão financeira das contas públicas em relação ao normativo anterior.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das

atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão, tendo sido o ano de 2022 o ano de arranque da implementação da contabilidade de gestão.

Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Posto isto, o presente relatório analisa a execução do orçamento no ano de 2022, bem com o a situação económico-financeira, apresentando as demonstrações financeiras e os seus anexos.

Para uma melhor perceção e comparação das variáveis mais significativas da gestão Municipal apresentam-se também elementos relativos à execução de anos anteriores.

Em traços genéricos, relativamente a 2022 podemos destacar o seguinte:

- um aumento do endividamento a médio e longo prazo para 4.449.206,50€, fruto da utilização do empréstimo de médio e longo prazo ao abrigo da linha IFFRU, inteiramente direcionado para o investimento da Requalificação das Piscinas Municipais, bem como do empréstimo BEI para a contrapartida nacional do investimento da Zona Empresarial de Alvaredo, dois grandes investimentos e de extrema relevância para o Município;
- a redução do montante de pagamentos em atraso para 170.963,14 €, sendo que em 2014 ascendia a 1.090.848,13 €, e cumprindo o estabelecido nos sucessivos Decretos de Lei de execução dos Orçamentos de Estados.

As características acima apontadas demonstram a racionalidade e o rigor com que o Executivo Municipal tem assumido a gestão da Autarquia, a aposta no reequilíbrio financeiro, como é demonstrado pela evolução da dívida nos mapas apresentados no presente relatório, isto sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados aos munícipes.

A seleção dos investimentos a priorizar no concelho foi igualmente um dos objetivos deste executivo, dando prioridade ao investimento no desenvolvimento do concelho e da economia local, com a aposta no industrial como motor de crescimento económico para o Município. Deu-se igualmente continuidade à aposta na valorização do território, bem como na educação e ação social. Sendo de destacar o incremento de medidas

no PDSS nos últimos anos, proporcionando medidas excepcionais para as famílias melgacenses e melhor qualidade de vida. A somar a estas medidas, a isenção/redução e taxas municipais e de arrendamento não habitacional, por forma a minimizar os impactos sentidos pelos comércios e famílias melgacenses no pós Pandemia.

A finalizar, informa-se que o Relatório e Conta de Gerência do Município de Melgaço, relativos ao ano económico de 2022, são submetidos à aprovação pela Câmara Municipal e posteriormente remetidos à Assembleia Municipal de Melgaço para apreciação e votação na sessão ordinária do mês de abril e, ainda, enviados ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea i) e ww), na alínea j), do n.º 1, do artigo 35.º, e na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, no artigo 27.º, n.º 2, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o vertido no artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

RECEITA

No exercício económico de 2022, a execução da receita, no montante de 19.355.395,60€, situou-se nos 80% tendo atingido 93,73 % na receita corrente e de 63,69% na receita de capital. Esta taxa de execução orçamental na receita de capital demonstra a continuidade de execução e finalização de algumas obras candidatas ao quadro comunitário Portugal 2020. Sendo que se encontram em fase final de execução algumas obras com grande impacto como a “Zona empresarial de Alvaredo” e a “Requalificação das Piscinas Municipais”, pelo que, reflete o aumento da execução quer da despesa de capital, quer a execução da receita de capital, em relação ao ano de 2021.

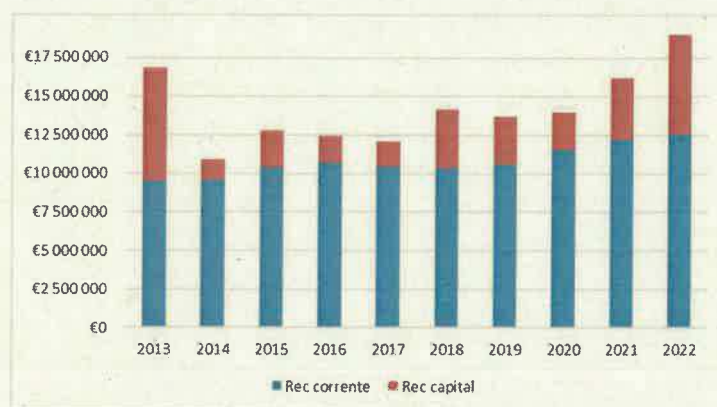


Gráfico n.º 1 – Evolução da Receita cobrada de 2013 a 2022

Execução Orçamental da Receita por capítulos:

	2022	% Total	2021	% Total
01 - Impostos Directos Correntes	1 502 829,37 €	7,59%	1 390 984,48 €	8,52%
02 - Impostos Indirectos	€	0,00%	16 612,07 €	0,10%
04 - Taxas, Multas e O. Penalidades	104 817,51 €	0,53%	88 517,90 €	0,54%
05 - Rendimentos de Propriedade	1 011 460,98 €	5,11%	1 138 001,23 €	6,97%
06 - Transferências Correntes	8 209 384,53 €	41,47%	8 046 464,81 €	49,27%
07 - Vendas de Bens Serviços	1 688 219,59 €	8,53%	1 488 580,35 €	9,11%
08 - Outras Receitas Correntes	55 507,32 €	0,28%	28 231,43 €	0,17%
09 - Venda de Bens de Investimento	10 000,00 €	0,05%		0,00%
10 - Transferência de Capital	4 701 160,27 €	23,75%	2 867 147,42 €	17,56%
11 - Ativos Financeiros	2 015,53 €	0,01%	7 570,82 €	0,05%
12 - Passivos Financeiros	2 042 145,80 €	10,31%	1 145 990,92 €	7,02%
13 - Outras Receitas de Capital	27 854,70 €	0,14%		0,00%
15 - Reposiç. não Abatidas Pagament.	17 367,10 €	0,09%	10 004,82 €	0,06%
16 - Saldo da Gerência Anterior	425 553,93 €	2,15%	103 020,22 €	0,63%
TOTAL	19 798 316,63 €		16 331 126,47 €	

As transferências do Orçamento de Estado constituem a maior componente da receita municipal com um peso no ano de 2022 de 35,56% da receita total, tendo registado uma diminuição face ao ano transato de 3%.

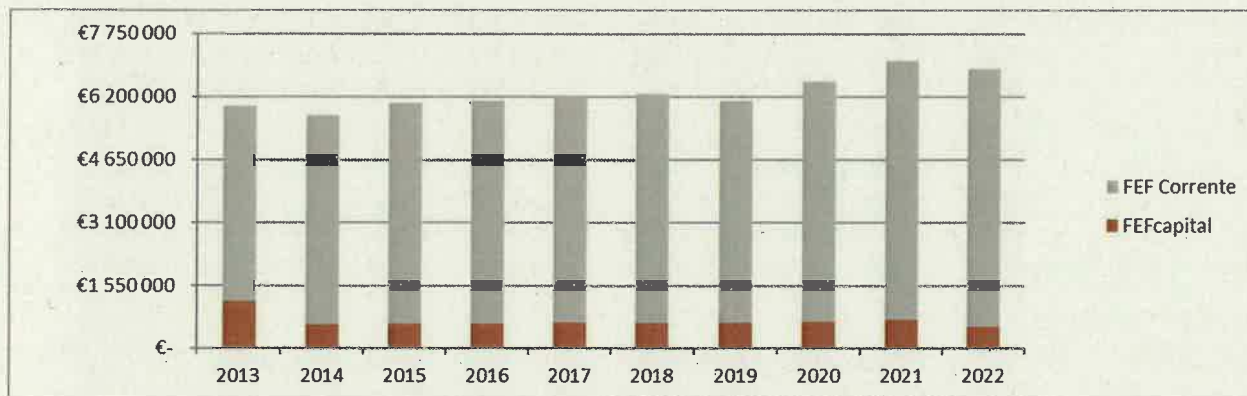


Gráfico n.º 2 – Evolução das Transferências do OE de 2013 a 2022

A receita proveniente da comparticipação de projetos financiados por Fundos Comunitários encontra-se evidenciada no mapa abaixo. Traduz a continuidade da execução dos projetos financiados, tendo sofrido um aumento em relação aos anos anteriores, fruto do aumento da execução de obras financiadas.

	Fundos Comunitarios	Receita Total	% receita total
2013	2 838 247,78 €	16 870 804,20 €	16,82%
2014	688 021,29 €	11 343 991,33 €	6,07%
2015	751 180,87 €	12 776 131,98 €	5,88%
2016	978 312,92 €	12 437 190,00 €	7,87%
2017	972 133,13 €	12 079 157,80 €	8,05%
2018	2 358 832,64 €	14 469 360,97 €	16,30%
2019	1 285 310,20 €	13 757 670,19 €	9,34%
2020	790 297,41 €	14 028 298,55 €	5,63%
2021	1 506 471,09 €	16 331 126,47 €	9,22%
2022	2 723 652,11 €	19 355 395,60 €	14,07%

Em 2022 a execução da receita teve um aumento em comparação com os anos anteriores, praticamente em todas as rubricas, resultando da conjugação dos seguintes fatores:

- i) Ligeiro aumento dos impostos municipais, cuja rubrica representa 7,59 % da receita total e 11,95% da receita corrente. Em 2022 a receita de impostos municipais teve uma ligeira diminuição na rubrica do IMI e um ligeiro aumento no IUC bem como um aumento significativo na rubrica do IMT.

	IMI	Taxa IMI	IMT	IUC	Total
2013	915 436,69 €	0,32%	86 926,01 €	241 700,07 €	1 244 062,77 €
2014	1 077 911,68 €	0,32%	162 156,07 €	208 716,86 €	1 448 784,61 €
2015	1 033 999,66 €	0,32%	87 171,40 €	198 274,81 €	1 319 445,87 €
2016	1 337 134,96 €	0,32%	116 362,65 €	195 951,05 €	1 649 448,66 €
2017	1 068 184,48 €	0,32%	107 997,96 €	197 755,33 €	1 373 937,77 €
2018	697 422,88 €	0,32%	120 813,92 €	209 009,41 €	1 027 246,21 €
2019	888 331,16 €	0,32%	201 668,03 €	212 918,27 €	1 302 917,46 €
2020	1 005 774,41 €	0,32%	167 701,17 €	106 608,06 €	1 280 083,64 €
2021	1 062 119,72 €	0,32%	127 237,75 €	201 627,01 €	1 390 984,48 €
2022	1 045 619,98 €	0,32%	228 637,11 €	228 572,28 €	1 502 829,37 €

Tabela n.º 01 – Evolução da cobrança de Impostos Municipais de 2013 a 2022

- ii) uma ligeira diminuição dos rendimentos de propriedade, face a 2021, refletindo-se um ligeiro aumento no valor da renda de concessão da EDP, e essencialmente no valor da renda de 2,5% da faturação do Parque Eólico do Alto Minho (Renda das Eólicas);

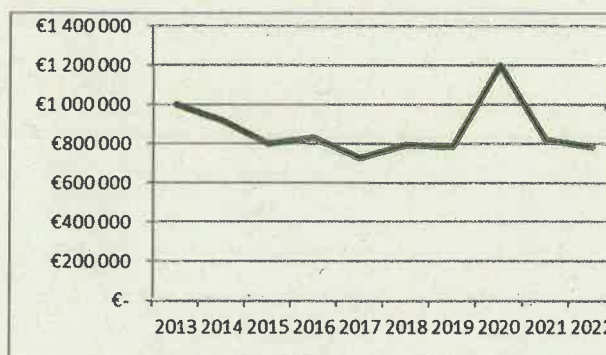


Gráfico n.º 3 – Evolução da Renda das Eólicas de 2013 a 2022

- iii) Diminuição das receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro;

	2022	2021
Transferências OE (corrente)	6 798 980,22 €	6 851 556,35 €
IGEFE - Transf. Competências - Lei 50/2018	788 312,86 €	742 132,30 €
IEFP	64 865,09 €	50 267,35 €
Transferências OE (capital)	898 883,00 €	1 433 061,00 €
Total	8 551 041,17 €	9 077 017,00 €

- iv) Aumento das receitas provenientes da cobrança de tarifas no sector do Abastecimento de água, Saneamento e Resíduos, fruto das atualizações das tarifas e das taxas associadas;

	Abast. Água	Saneamento	Resíduos sólidos
2013	240 338,22 €	118 907,01 €	147 437,21 €
2014	276 015,01 €	173 622,55 €	199 307,72 €
2015	346 139,64 €	282 136,94 €	250 475,16 €
2016	326 867,80 €	299 775,63 €	235 435,62 €
2017	377 144,64 €	357 973,87 €	236 292,58 €
2018	357 401,66 €	366 106,59 €	232 352,27 €
2019	435 263,80 €	515 955,62 €	269 844,75 €
2020	424 864,75 €	489 537,63 €	216 499,17 €
2021	436 599,87 €	560 091,37 €	231 276,45 €
2022	475 128,99 €	607 252,07 €	294 217,40 €

Tabela n.º 02 – Evolução da cobrança de tarifas de 2013 a 2022

Evolução de indicadores 2013-2022

Indicadores de Estrutura da Receita	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Propria / Receita Total	14,63%	21,51%	19,54%	20,08%	19,56%	17,79%	20,01%	21,57%	16,96%	14,53%
Impostos Directos / Receita total	7,37%	12,77%	10,33%	13,26%	10,74%	7,10%	9,47%	9,16%	8,52%	7,59%
Fundos Municipais(Correntes + Capital) / Receita Total	35,37%	50,57%	50,22%	51,97%	51,29%	45,96%	50,44%	54,84%	50,73%	42,86%
Receitas correntes / Receitas totais	56,31%	84,66%	81,16%	86,34%	81,54%	71,33%	77,03%	82,55%	74,69%	63,50%
Passivos Financeiros / Receita Total	15,77%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,96%	3,12%
Transferências do Exterior(Correntes+Capital)/Receita total	23,22%	11,02%	4,47%	13,86%	12,59%	22,02%	14,86%	12,42%	16,10%	22,35%
Fundos Comunitários / Receitas Totais	16,82%	6,07%	5,79%	7,87%	8,05%	16,30%	9,34%	6,03%	8,78%	13,76%

DESPESA

A execução da despesa no exercício de 2022, no valor de 24.228.872,20€ ascendeu a 97,86% ao nível da assunção de compromissos e um montante de despesa paga no valor de 19.106.089,65 €, a que corresponde uma taxa de execução de 77,17%, como se verifica no seguinte gráfico:

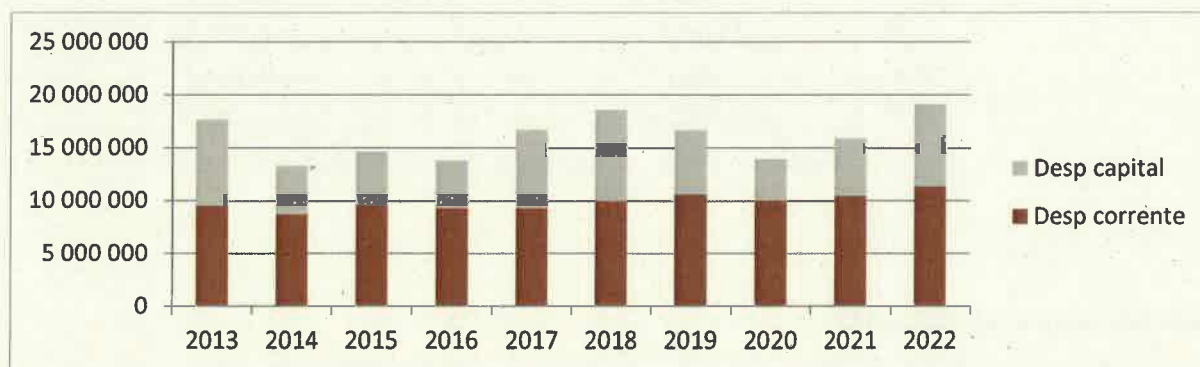


Gráfico n.º 4 - Evolução da despesa de 2013 a 2022

Execução Orçamental da Despesa por capítulos:

Despesas pagas	2022	% Total	2021	% Total
01 - Despesas com o pessoal	5 773 111,06 €	30,22%	5 438 225,84 €	34,22%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	4 232 096,72 €	22,15%	3 773 057,83 €	23,74%
03 - Juros e Outros Encargos	60 147,49 €	0,31%	52 503,83 €	0,33%
04 - Transferências correntes	850 179,15 €	4,45%	888 137,01 €	5,59%
05 - Subsídios	384 750,00 €	2,01%	222 750,00 €	1,40%
06 - Outras despesas correntes	42 190,94 €	0,22%	44 608,17 €	0,28%
07 - Aquisição de Bens de Capital	6 300 724,47 €	32,98%	3 636 823,89 €	22,88%
08 - Transferência de Capital	335 308,00 €	1,75%	565 797,28 €	3,56%
09 - Activos Financeiros	10 068,48 €	0,05%	- €	0,00%
10 - Passivos Financeiros	1 117 513,34 €	5,85%	1 271 909,11 €	8,00%
11 - Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	- €	0,00%
TOTAL	19 106 089,65 €	100,00%	15 893 812,96 €	100,00%

A evolução das despesas com o pessoal tem uma correlação, não só com o número de trabalhadores, as aposentações verificadas e o seu índice salarial mas também, com as normas fixadas pelos sucessivos Orçamentos de Estado. De notar que o aumento das despesas de pessoal no ano de 2022 deve-se essencialmente ao pagamento das atualizações de posições remuneratórias e aumento do salário mínimo

nacional, bem como das adequações efetuadas aos serviços. De notar que em termos de aumento do quadro de pessoal, se situou em 8 funcionários, passando a 290 funcionários a 31-12-2022.

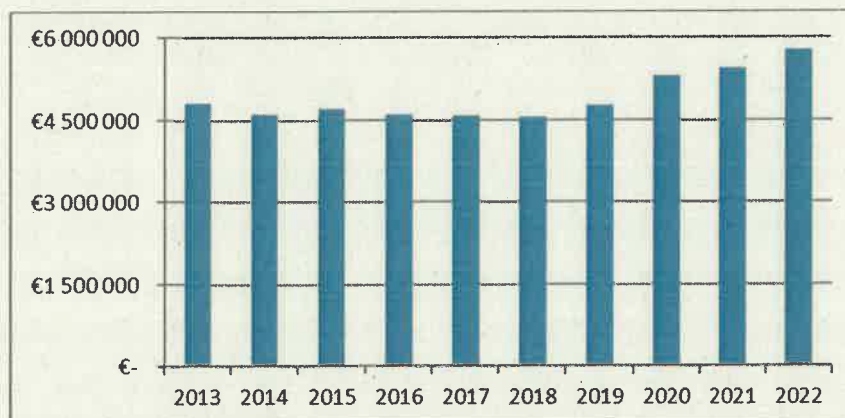


Gráfico n.º 5 - Evolução das despesas de pessoal de 2013 a 2022

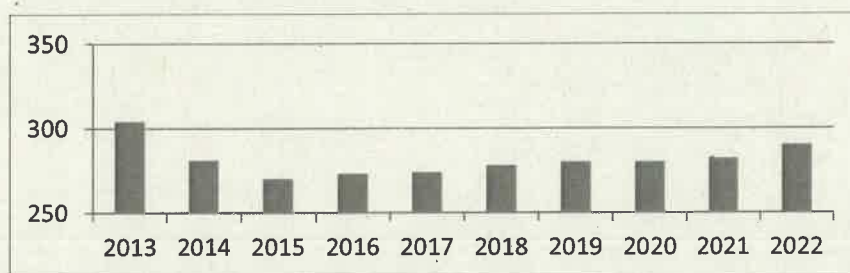


Gráfico n.º 6 - Evolução do nº de Trabalhadores de 2013 a 2022

Caracterização dos Trabalhadores por Cargo/Carreira

	Dirigentes Intermediários	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal de Informática	Outros (AEC, etc)	Total
2013	7	31	55	169	5	37	304
2014	3	34	54	164	5	21	281
2015	3	35	54	157	5	16	270
2016	4	34	55	161	5	14	273
2017	4	33	52	164	5	16	274
2018	4	34	76	150	5	7	276
2019	4	38	70	155	5	8	280
2020	4	42	68	154	5	7	280
2021	10	39	66	150	5	12	282
2022	9	44	69	153	5	10	290

No total de trabalhadores a 31/12/2022 estão incluídos para o setor da Educação:

Professores AEC	6
Pessoal Educação	49
Total	55

O investimento municipal traduz-se na rubrica orçamental de aquisição de bens de capital, apresentando-se abaixo a decomposição por sub-rúbricas no primeiro gráfico para os compromissos assumidos e no segundo gráfico par as despesas pagas, cuja discriminação detalhada se pode consultar no mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e que reflete o maior investimento nas rubricas instalações desportivas, de viação rural, viadutos, arruamentos e obras complementares, outras construções, terrenos e escolas:

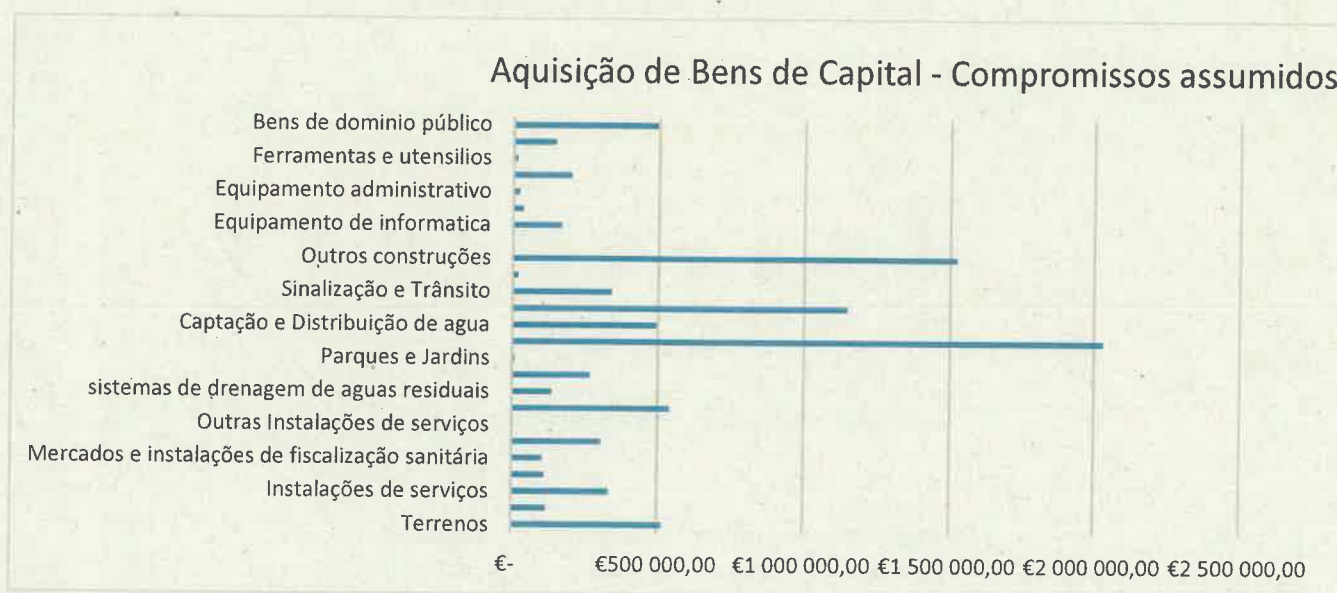


Gráfico n.º 7 – Aquisição de Bens de Capital – Compromissos assumidos

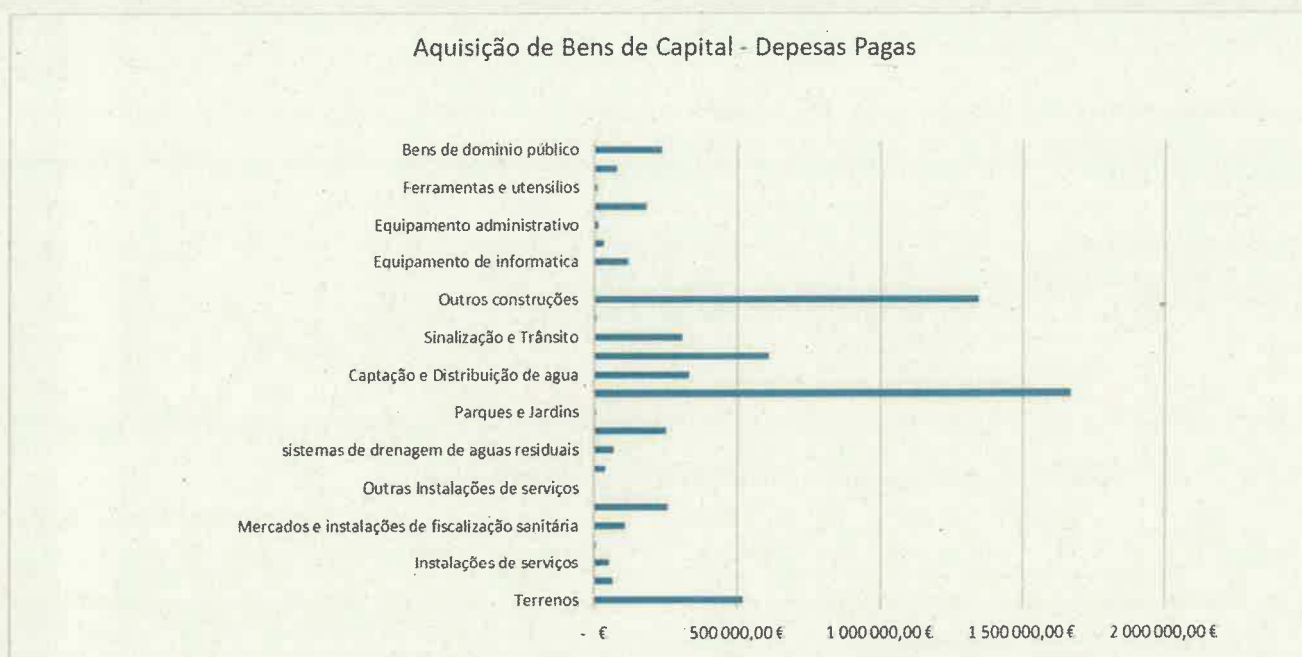


Gráfico n.º 8 – Aquisição de Bens de Capital – Despesas Pagas

Aquisição de bens e serviços

As medidas levadas a cabo já no ano de 2013 de racionalização de despesa corrente, em diversas rubricas orçamentais, e igualmente prosseguidas nos anos subsequentes, revelaram-se frutíferas sem condicionar o normal funcionamento dos serviços municipais. No entanto verifica-se um aumento em relação a 2021 na aquisição de bens e serviços que ascende a 4.232.096,72€.

Para melhor informação apresenta-se de seguida uma análise às despesas efetuadas e receitas no Sector Educação, pela aceitação da transferência de competências neste sector, por força do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Assim, no ano de 2022 as despesas ascenderam a 1.078.316,22€. Este valor reflete despesas de dois anos letivos, ou seja, do ano letivo de 2021/2022 (com despesas de janeiro a julho de 2022) e do ano letivo de 2022/2023 (com despesas de setembro a dezembro de 2022). Encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Despesas - Educação	Valor
Despesas pessoal	687 898,90 €
Alimentação	122 423,61 €
Transportes	187 017,53 €
Escola a tempo inteiro	16 910,00 €
Encargos das instalações e conservação	64 066,18 €
TOTAL	1 078 316,22 €

A receita arrecadada em 2022 traduz-se na tabela abaixo:

Receitas -Educação	Valor
Assistentes Operacionais	616 165,83 €
Apoios Alimentares	35 185,66 €
Transportes	- €
Escola a tempo inteiro	28 587,14 €
Encargos das instalações e conservação	79 595,18 €
TOTAL	759 533,81 €

A partir de 2015, a comparticipação do Transporte escolar é efetuada em conjunto com o Fundo Social Municipal pelo que não é possível apurar o valor exato da comparticipação.

Evolução de indicadores da Despesa 2022:

		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita total / Despesa Total	100,71%	85,28%	87,43%	90,33%	76,64%	78,03%	82,51%	72,68%	79,25%	81,71%
	(Receita Total-Passivos Financeiros) / Despesa Total	84,83%	85,28%	87,43%	90,33%	76,64%	78,03%	82,51%	72,68%	76,11%	79,17%
	Despesa de Pessoal / Despesa Total	28,35%	34,60%	32,20%	33,46%	27,44%	24,52%	28,59%	27,54%	26,39%	23,83%
Estrutura da Despesa	Aquisição de Bens e Serviços correntes / Despesa total	19,33%	25,08%	26,27%	26,72%	22,97%	23,76%	20,22%	17,56%	18,31%	17,47%
	Serviço dívida/ Despesa Total	9,04%	9,82%	7,78%	7,79%	5,92%	5,41%	6,35%	5,47%	3,91%	2,76%
	Aquisição de Bens de Investimento / Despesa total	33,86%	22,09%	23,72%	19,84%	33,95%	38,05%	20,28%	11,87%	17,65%	26,01%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pelos Fundos Municipais	Despesas de Pessoal / Fundos Municipais Correntes	79,57%	80,00%	73,35%	71,28%	69,80%	68,39%	68,69%	69,08%	65,65%	68,03%
	Aquisição de Bens e Serviços correntes / Fundos Municipais	54,25%	58,17%	59,84%	56,93%	58,43%	66,26%	48,58%	44,05%	45,55%	49,87%
	Serviço da Dívida / Fundos Municipais Correntes	25,38%	22,77%	17,71%	16,61%	15,07%	15,08%	15,25%	13,72%	9,49%	7,88%

REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, é estipulado que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

O cálculo das amortizações médias, resulta da divisão do capital em dívida do empréstimo pelo número de anos remanescentes. Em 2022 o valor das amortizações médias é de 733.696,60€.

Assim sendo, apresentam-se os cálculos agregados para a aferição do equilíbrio orçamental na execução orçamental do ano económico de 2022:

	2022
Receita corrente cobrada bruta	12 572 219,30 €
amortizações médias	733 696,60 €
Limite	11 838 522,70 €
despesa corrente paga	11 342 475,36 €
Diferença	496 047,34 €

ENDIVIDAMENTO

No final de 2022, o saldo de empréstimos de médio e longo prazo era de **4.449.206,50€**, conforme se pode analisar detalhadamente no mapa de empréstimos da gerência.

A diminuição da dívida de passivos financeiros é considerável tendo-se consolidado desde 2010, com a exceção de no ano de 2013 por ter sido contratado o empréstimo PAEL, no entanto prevê-se algum aumento com a utilização do Empréstimo IFRRU integralmente utilizado para a Requalificação das Piscinas Municipais, bem como do empréstimo BEI para financiar a contrapartida nacional da obra da Zona Empresarial de Alvaredo, conforme se constata no seguinte gráfico:

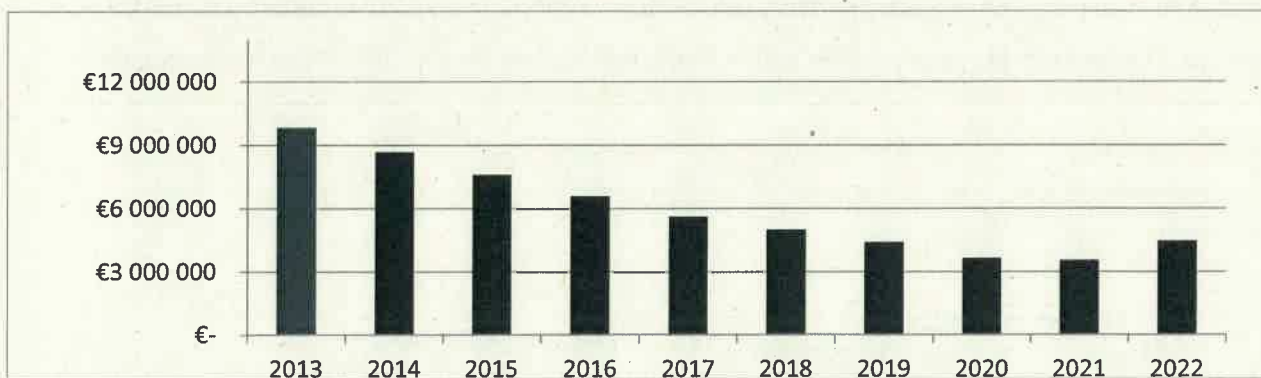


Gráfico n.º9- Evolução dos empréstimos de médio e longo prazo

As amortizações do capital contratados dos empréstimos representam 92,32 % do serviço da dívida. Por outro lado, o serviço da dívida de médio e longo prazo representa apenas 3,50% da Despesa, sendo que as amortizações têm um peso de 3,23% na Despesa.

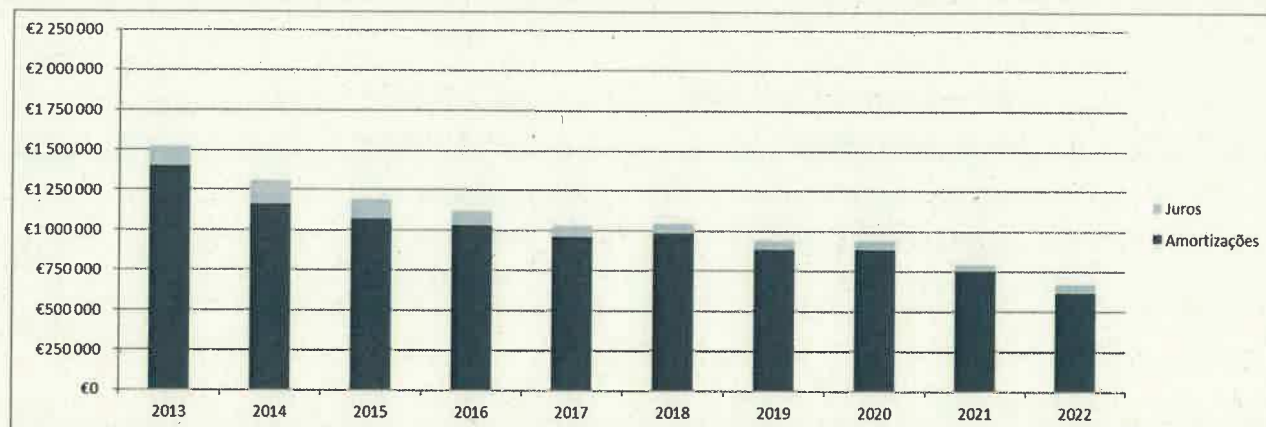


Gráfico n.º10 - Evolução do serviço da dívida

Nos termos da Lei de Orçamento de Estado para 2022 (artigo 86.º), a redução dos pagamentos em atraso nas autarquias locais tem de ser aferida pelos parâmetros:

1. Até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10 /prct. dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2021, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, alterada pela presente lei.
2. Acresce ao número anterior que o montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Em resumo:

Pagamentos em atraso		Verificação dos Limites	
2011	3 772 207,92 €	Pag atraso Set -21	190 394,26 €
2012	3 528 897,83 €	1. 10% Pag atraso Set- 21	19 039,43 €
2013	1 204 920,00 €	2. limite maximo pag atraso	171 354,83 €
2014	1 090 848,13 €	Pag atraso Dez-2022	170 963,14 €
2015	556 395,64 €	3. Redução adicional (margem)	391,69 €
2016	394 665,50 €		
2017	333 597,49 €		
2018	287 814,88 €		
2019	248 211,62 €		
2020	201 618,04 €		
set/21	190 394,26 €		
2021	183 115,12 €		
2022	170 963,14 €		
redução set/2021	19 431,12 €		

DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

(Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal a partir de 2014, que é o de dívida total de operações orçamentais. O limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O limite da dívida total para 2022, nos termos do n.º 1 do art.º 52º do RFALEI é calculado então da seguinte forma:

Receita Corrente Líquida 2019	Receita Corrente Líquida 2020	Receita Corrente Líquida 2021	Média (2013,2020,2021)	Limite (2022) = 1,5 * Média (2019,2020,2021)
10 596 974,00 €	11 539 004,00 €	12 197 392,00 €	11 444 456,67 €	17 166 685,00 €

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, com as exceções previstas na Lei:

Calculo da Divida Total

Município (art 52 do RFALEI)	2022	2021
Divida de balanço	9 132 999,00 €	12 075 043,54 €
OT		
total (1)	9 132 999,00 €	12 075 043,54 €

Entidades Participadas (art 54 do RFALEI)

Entidades Intermunicipais, Associações de Municípios, etc (2)	488 762,11 €	716 333,77 €
---	--------------	--------------

Divida Total (1)+(2)	9 621 761,11 €	10 945 651,55 €
Limite	17 166 685,00 €	15 676 234,00 €

Margem de endividamento	7 544 923,89 €	4 730 582,45 €
--------------------------------	-----------------------	-----------------------

Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

O Município de Melgaço, por deliberação da Assembleia Municipal, de 28-09-2012 aderiu ao PAEL, no âmbito do Programa II, criado pela Lei 43/2012 de 28 de agosto e Portaria 281-A/2012 de 14 de setembro, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de março de 2012.

O contrato de empréstimo relativo ao PAEL outorgado em 16/11/2012, com um aditamento em 05/02/2013 fixando o seu valor em 2.130.366,25 €, foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas em 03/04/2013.

O valor utilizado do empréstimo, contudo situou-se em 2.105.126,00 €, sendo que a primeira tranche no valor de 1.491.256,38 € foi recebida em 24/04/2013 e a segunda tranche no valor de 613.869,62 € foi recebida em 09/09/2013.

A diferença resulta na impossibilidade de efetuar o pagamento a alguns fornecedores, apesar das diligências dos serviços municipais, por razões não imputáveis ao Município, a saber:

- Cessação de atividade de alguns fornecedores em sede de IRS, IVA e IRC, sem que tenham acautelado a situação de créditos pendentes nas escrituras de dissolução de sociedade ou então este documento não foi enviado ao Município;

- Falecimento de um prestador de serviços cuja habilitação de herdeiros não menciona a dívida.

De forma a pôr fim a este valor cativo, o Município de Melgaço encetou diligências com o consultor jurídico, a saber:

- Anulação das dívidas das entidades que cessaram atividade, igualmente a anulação da dívida do fornecedor que faleceu;

- Devolução do valor restante ao Pael, 6.473,94€, sendo assim deduzido o valor como amortização parcial de capital da 2ª Tranche do empréstimo.

Tendo-se efetuado a primeira amortização deste empréstimo ainda em 2013, apresenta-se um resumo da sua evolução:

	Capital em dívida	amortização	juros	taxa
2013	2 029 942,92 €	75 183,08 €	21 951,99 €	2,60%
2014	1 879 576,76 €	150 366,16 €	48 160,01 €	2,19%
2015	1 729 210,60 €	150 366,16 €	44 524,74 €	2,19%
2016	1 578 844,44 €	150 366,16 €	41 003,99 €	2,19%
2017	1 429 094,86 €	149 749,58 €	37 093,74 €	2,19%
2018	1 272 871,34 €	156 223,52 €	33 453,72 €	2,19%
2019	1 123 121,76 €	149 749,58 €	29 836,30 €	2,19%
2020	973 372,18 €	149 749,58 €	26 293,19 €	2,19%
2021	823 622,60 €	149 749,58 €	22 601,45 €	2,19%
2022	673 873,02 €	149 749,58 €	18 984,02 €	2,19%

Por despacho conjunto do Secretário de Estado das Autarquias Locais e do Secretário de Estado do Tesouro, assinado em 25 de julho sobre a suspensão da aplicação dos planos de ajustamento financeiro e das suas obrigações, nos termos do n.º 6 do art.º 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, com a redação dada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, o qual determinou a suspensão da aplicação do plano de ajustamento financeiro e das suas obrigações do Município de Melgaço.

2. ANÁLISE FINANCEIRA

No âmbito da transição para o SNC-AP, os objetivos de relato financeiro passam sobretudo por fornecer informação fidedigna e transparente da prestação de contas. As demonstrações foram preparadas na base do acréscimo, de acordo com a Estrutura conceptual e normas do SNC-AP.

Neste seguimento fazemos iremos fazer uma breve análise do Balanço e Demonstração de resultados.

Balanço

Em 2022 o ativo do Município atingiu o montante de 76.382.104,06€, tendo registado um aumento em relação ao ano anterior de 2,04%.

Evolução do Ativo

Componentes do Ativo	2022	2021	Evolução 2022/2021
Ativos fixos tangíveis	56 194 658,50	55 743 687,29	0,81%
Ativos intangíveis	59 755,47	69 512,11	-14,04%
Propriedades de Investimento	1 108 014,62	1 125 745,71	-1,58%
Participações financeiras	14 276 189,46	14 024 316,47	1,80%
Devedores p/ empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	12 861,19	14 876,72	-13,55%
Ativo não corrente	71 651 479,24	70 978 138,30	0,95%
Inventários	183 540,38	23 301,00	687,69%
Devedores p/ transferências e subsídios não reembolsáveis	8 209,26	283 911,25	100,00%
Cientes , contribuintes e utentes	351 261,08	331 994,23	5,80%
Estado e outros entes público	14 376,12	0,00	100,00%
Outras contas a receber	2 850 447,81	2 251 315,89	26,61%
Diferimentos	5 609,09	646,17	768,05%
Caixa e Depósitos	1 317 181,08	985 149,94	33,70%
Ativo corrente	4 730 624,82	3 876 318,48	22,04%
Total do ativo	76 382 104,06	74 854 456,78	2,04%

Os ativos fixos tangíveis representam 73,57% do total do ativo e registaram uma subida cerca de meio milhão de euros.

Este aumento deve-se à política de investimento que o Município de Melgaço tem vindo a apostar, aproveitando os quadros comunitários.

De realçar um aumento da rubrica dos Inventários, efeito da aplicação parcial da contabilidade de gestão no ano de 2022.

Em relação ao passivo, o Município de Melgaço fechou o ano com um valor de 18.971.180,45€ sendo constituído em 55,44% por passivo não corrente e em 44,56% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Evolução Passivo

Componentes do Passivo	2022	2021	Evolução 2022/2021
Financiamentos obtidos	3 901 173,07	3 036 970,51	28,46%
Diferimentos	6 013 962,82	980 667,99	513,25%
Outras contas a pagar	601 925,91	531 572,80	13,23%
Passivo não corrente	10 517 061,80	4 549 211,30	131,18%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	213 848,21	391 031,00	-45,31%
Fornecedores	3 248 165,96	2 109 786,84	53,96%
Estado e outros entes públicos	82 368,30	74 652,12	10,34%
Financiamentos obtidos	543 203,31	487 603,53	11,40%
Fornecedores de investimento	3 238 263,25	3 258 355,06	-0,62%
Outras contas a pagar	1 061 464,12	1 122 990,50	-5,48%
Diferimentos	66 805,50	81 413,19	-17,94%
Passivo corrente	8 454 118,65	7 525 832,24	12,33%
Total do Passivo	18 971 180,45	12 075 043,54	57,11%

Comparando com o ano anterior, o total passivo teve uma variação positiva de 57,11% que resulta da subida de algumas rubricas, nomeadamente do reconhecimento dos ativos da renda de concessão da EDP, bem como dos diferimentos de rendimentos com contraprestação.

Os fundos próprios do Município registaram uma diminuição de 8,55%, tendo registado um valor total de 57.410.923,61€, fruto de ajustamentos de transição com regularizações de vidas uteis de bens, com a regularização de bens existentes em contas de imobilizado em curso, bem como da concessão da EDP.

Demonstração dos Resultados

O resultado líquido ascende a 364.852,68€, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, tendo sofrido um aumento comparativamente com o ano transato. Os rendimentos em 2022 foram 15.667.268,93€ para um nível de gastos de 15.302.416,25€, tendo-se verificado aumentos em comparação com o ano anterior quer nos rendimentos, quer nos gastos.

Evolução dos gastos

Gastos	2022	2021	Evolução 2022/2021
Gastos com pessoal	5 895 729,33	5 630 628,33	4,71%
Transferências e subsídios Concedidos	1 860 200,12	1 654 550,14	12,43%
FSE	4 264 167,25	4 434 687,56	-3,85%
CMVMC	260 221,23	137 109,68	89,79%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1 502,77	-100,00%
Depreciações	2 384 638,46	2 105 409,20	13,26%
Outros gastos	534 617,47	223 178,08	139,55%
Juros e gastos similares	102 842,39	55 198,16	86,31%
Total dos Gastos	15 302 416,25	14 242 263,92	7,44%

Os gastos com pessoal tiveram um aumento de cerca de 4,71%, este aumento deveu-se essencialmente a atualizações de posições remuneratórias e aumento do salário mínimo.

Há semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos (27,87%) e os gastos com o pessoal (38,53%). Comparativamente com o período anterior, a rubrica de CMVMC e de outros gastos, foram as que sofreram maior aumento.

Do total de proveitos do município, as rubricas mais representativas são as transferências e subsídios obtidos representando 60,61%, os outros rendimentos que representam 9,63%, os impostos e taxas que representam 10,50% e as prestações de serviços e concessões que representam 14,80% do total dos proveitos.

Evolução dos Proveitos

Proveitos	2022	2021	Evolução 2022/2021
Vendas	544 493,76	475 931,40	14,41%
Prestações de serviços e concessões	2 318 129,98	958 736,38	141,79%
Impostos, contribuições e taxas	1 645 252,19	1 596 869,16	3,03%
Rendimentos imputados a entidades controladas	154 106,83	48 272,08	219,25%
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 496 024,60	8 253 850,57	15,05%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23,37	0,00	
Outros rendimentos	1 509 238,20	3 018 392,43	-50,00%
juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00%
Total dos Proveitos	15 667 268,93	14 352 052,02	9,16%

3. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A norma 27 do SNC-AP, incluída no anexo II do DL nº 192/2015, visa prosseguir os objetivos já anteriormente manifestados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), de desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas. Esta norma define os requisitos gerais para o subsistema de contabilidade de gestão, e enumera os requisitos mínimos obrigatórios para o conteúdo e divulgação de informação.

As autarquias locais têm uma relevância cada vez maior na qualidade de vida de cada cidadão, quer pela proximidade, quer pela capacidade de responder de forma célere e eficaz às necessidades evidenciadas por estes.

Todavia, o acréscimo das necessidades das populações, e das competências que o Estado Central tem vindo a transferir para as autarquias, tem colocado desafios constantes à gestão, dado que esta nova realidade nem sempre é acompanhada pelo aumento dos recursos disponíveis.

A análise efetuada no presente relatório foi elaborada nos termos do preceituado na NCP 27 que estabelece “a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação”.

A Contabilidade de Custos é um instrumento de gestão que permite desagregar os custos por Bens, Serviços e Funções, e como tal complementa a Contabilidade Orçamental (na ótica da despesa e da receita) e a Contabilidade Patrimonial (alterações na composição ou valor do património) e apura resultados mensais.

O principal objetivo da contabilidade de custos é contribuir para o desenvolvimento de um processo de harmonização contabilística de transparência, economia, eficiência e eficácia na gestão da Administração Pública, permitindo, assim auxiliar numa boa gestão dos recursos públicos, no processo de tomada de

decisão e melhoria do desempenho organizacional. Em termos funcionais, os principais objetivos da Contabilidade de Custos nas Autarquias Locais são:

- 1) Delimitar o custo das atividades e projetos municipais (custos por funções);
- 2) Quantificar os custos dos serviços prestados e bens produzidos pelo Município;
- 3) Determinar os custos das intervenções por administração direta, de forma a calcular com rigor os trabalhos para a própria entidade;
- 4) Quantificar o custo das transferências para entidades terceiras (em valor e em espécie);
- 5) Delimitar o custo com máquinas e viaturas (cálculo do custo hora/máquina e custo km/viatura);
- 6) Controlar os stocks de mercadorias e outros materiais em armazém, bem como calcular o custo das mercadorias e matérias consumidas.

O objetivo final da Contabilidade de Custos é o apuramento do custo de cada função, de cada bem produzido e de cada serviço prestado.

O apuramento dos custos dos Bens, Serviços e Funções, corresponde ao apuramento dos custos diretos e indiretos relacionados com toda a atividade produtiva, distribuição, administração geral e financeira.

O ano de 2022 assinalou o início da implementação da Contabilidade de Custos no Município de Melgaço, embora efetuado de forma faseada. Por forma a dar resposta a estas exigências, o Município de Melgaço criou durante o ano de 2022 uma equipa de trabalho para a implementação da contabilidade de gestão, afeto à Divisão de Gestão Municipal e em colaboração com as restantes divisões.

Em janeiro iniciou-se o reconhecimento dos outros custos, assim como o processamento da mão de obra automática, contudo, a mão de obra direta, acompanhada do registo dos custos com viaturas associadas, apenas se iniciou em outubro e com uma única equipa de trabalho. Por outro lado, apenas no mês de maio se implementou a gestão de stocks nos estaleiros municipais. O ano de 2023 assentará nos passos a dar para concretizar, nomeadamente a implementação de um verdadeiro sistema de contabilidade de gestão, que para além dos gastos também passe a alocar as respetivas receitas dos bens, serviços e funções, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos.

Seguidamente apresenta-se uma análise de forma comparativa entre as várias Funções, de modo a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das Funções tem na distribuição dos gastos Municipais.

Tipo de Custo	Valor 2022
Gastos Imputados na Contabilidade de Gestão	13 811 896,22 €
Gastos Não Incorporáveis	1 603 288,37 €
TOTAL	15 415 184,59 €

Gastos Imputados e Gastos Não Incorporáveis Contabilidade de Gestão

Os gastos municipais foram todos analisados pela Contabilidade de Gestão, contudo, e por se tratar do ano pioneiro da implementação da contabilidade de custos, o valor apresentado em gastos não incorporáveis (gastos respeitantes a operações extraordinárias dificilmente enquadráveis nas funções apresentadas) é bastante elevado.

Todos os dados apresentados foram retirados do software Sistema de Normalização Contabilística – Administração Pública, módulo da Contabilidade de Gestão.

Gastos por Classificação Funcional

FUNÇÕES		Custos directos a bem ou serviço	Custos indirectos a bens e serviços	Total Custos directos à função	Custo Indirecto à função	Total
1	Funções Gerais	1 711 287,96 €	2 102 173,97 €	3 813 461,93 €	0,00 €	3 813 461,93 €
110	Serviços gerais de administração pública					
111	Administração geral	1 533 305,34 €	2 102 123,93 €	3 635 429,27 €		3 635 429,27 €
120	Segurança e ordem públicas			0,00 €		
121	Protecção civil e luta contra incêndios	177 982,62 €	50,04 €	178 032,66 €	0,00 €	178 032,66 €
122	Polícia municipal			0,00 €		0,00 €
2	Funções sociais	4 405 734,47 €	1 802 471,00 €	6 208 205,47 €	0,00 €	6 208 205,47 €
210	Educação			0,00 €		
211	Ensino não superior	779 730,59 €	255 614,01 €	1 035 344,60 €		1 035 344,60 €
212	Serviços auxiliares de ensino	416 786,22 €	116 125,14 €	532 911,36 €		532 911,36 €
220	Saúde			0,00 €		
221	Serviços individuais de saúde	8 491,20 €	133 151,54 €	141 642,74 €		141 642,74 €
230	Segurança e acção sociais			0,00 €		
231	Segurança social		2 143,53 €	2 143,53 €		2 143,53 €
232	Acção social	170 910,35 €	24 964,30 €	195 874,65 €		195 874,65 €
240	Habituação e serviços colectivos			0,00 €		
241	Habituação	27 751,20 €	23 104,22 €	50 855,42 €		50 855,42 €
242	Ordenamento do território	35 329,51 €	15 691,91 €	51 021,42 €		51 021,42 €
243	Saneamento	468 898,37 €	451 039,20 €	919 937,57 €		919 937,57 €
244	Abastecimento de água	512 800,15 €	178 461,69 €	691 261,84 €		691 261,84 €
245	Resíduos sólidos	453 327,74 €	26 018,54 €	479 346,28 €		479 346,28 €
246	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	183 814,91 €	223 314,28 €	407 129,19 €		407 129,19 €
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos			0,00 €		
251	Cultura	1 272 099,14 €	105 335,32 €	1 377 434,46 €		1 377 434,46 €
252	Desporto, recreio e lazer	75 795,09 €	240 449,74 €	316 244,83 €		316 244,83 €
253	Outras actividades cívicas e religiosas		7 057,58 €	7 057,58 €		7 057,58 €
3	Funções económicas	829 806,85 €	1 023 536,66 €	1 853 343,51 €	0,00 €	1 853 343,51 €
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca			0,00 €		0,00 €
320	Indústria e energia	369 823,83 €	490 276,54 €	860 100,37 €		860 100,37 €
330	Transportes e comunicações			0,00 €		
331	Transportes rodoviários	58 006,01 €	405 368,54 €	463 374,55 €		463 374,55 €
332	Transportes aéreos			0,00 €		0,00 €
333	Transportes fluviais			0,00 €		0,00 €
340	Comércio e turismo			0,00 €		
341	Mercados e feiras	25 106,56 €	35 695,80 €	60 802,36 €		60 802,36 €
342	Turismo	173 255,64 €	4 658,76 €	177 914,40 €		177 914,40 €
350	Outras funções económicas	203 614,81 €	87 537,02 €	291 151,83 €		291 151,83 €
4	Outras funções	1 875 376,14 €	61 509,17 €	1 936 885,31 €	0,00 €	1 936 885,31 €
410	Operações da dívida autárquica		54 210,05 €	54 210,05 €		54 210,05 €
420	Transferências entre administrações	1 840 476,16 €		1 840 476,16 €		1 840 476,16 €
430	Diversas não especificadas	34 899,98 €	7 299,12 €	42 199,10 €		42 199,10 €
TOTAL		8 822 205,42 €	4 989 690,80 €	13 811 896,22 €	0,00 €	13 811 896,22 €

A classificação funcional é repartida por quatro grupos de funções principais: funções gerais, funções sociais, funções económicas e outras funções:

Função	Valor	%
Funções Gerais	3 813 461,93 €	27,61%
Funções Sociais	6 208 205,47 €	44,95%
Funções Económicas	1 853 343,51 €	13,42%
Outras Funções	1 936 885,31 €	14,02%
TOTAL	13 811 896,22 €	100,00%

Podemos destacar, conforme o mapa apresentado, cujos custos se encontram agregados por funções, que o peso das funções gerais corresponde a 28% do total dos custos, que representam aproximadamente 4 milhões de euros, sendo que este grupo integra os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio nomeadamente, a área administrativa e financeira, recursos humanos, jurídicos, e proteção civil. As funções sociais representam aproximadamente 6 milhões de euros, correspondendo a 45% dos custos do município, sendo a cultura e os serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos, os que contribuem com maior peso. Se analisarmos as funções económicas concluímos que representam cerca de 2 milhões de euros correspondendo a 13,50% dos custos.

De seguida apresenta-se um gráfico ilustrativo da repartição de custos por funções:



4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício no montante de 364.852,68 €, tenha a distribuição do saldo existente da seguinte forma:

- Constituir o reforço anual de reservas legais no valor de 18.242,63€ correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício.
- reservas livres pelo montante do valor remanescente.